

APRESENTAÇÃO

É com grande alegria que apresentamos este número da Realis. Um número que foi construído em sua grande maioria a partir da livre demanda de artigos. Isso demonstra que depois de cinco números publicados, a Realis já é uma revista reconhecida nacional e internacionalmente, sendo procurada como veículo de divulgação das ideias pós-coloniais. A organização de um número da revista Realis não é tarefa fácil e envolve muitas pessoas. É um processo que se inicia muito tempo antes de se atingir o seu resultado final: a publicação do número. Com muita antecedência, os editores decidem a temática do número e a partir daí uma avalanche de procedimentos se segue: chamada para artigos, recepções dos textos, seleção de pareceristas, envio dos artigos para os pareceristas, recepção dos pareceres, envio dos pareceres para os autores, recepção dos artigos revisados, formatações, revisões, para enfim a publicação. Nesse sentido, é preciso nessa apresentação dar o devido reconhecimento de quão imprescindível foi a participação dos envolvidos nesse longo processo, que teve seu início ainda em finais de 2012 e culmina com a publicação em março de 2014. Primeiramente, gostaríamos de agradecer a paciência dos autores, que nesse processo de idas e vindas trabalharam arduamente pra que os artigos agora apresentados ficassem da melhor forma possível. Um agradecimento especial aos pareceristas, pela longa lista de pessoas envolvidas é impossível no espaço desta apresentação nomeá-los; foi fundamental o olhar cuidadoso de pelo menos dois acadêmicos, além dos editores, para cada um dos textos, possibilitando assim a publicação de artigos de qualidade inquestionável. Importa também agradecer nominalmente Gustavo Gomes da Costa pela revisão dos abstracts e a prontidão e presteza de Eder Leão nas tarefas técnicas de publicação do número.

Outro desafio enfrentado pelos editores foi a escolha da imagem da capa da revista. A busca por uma imagem que representasse a pluralidade das ideias veiculadas nos artigos deste número da Realis nos levou à obra *Drago*. *Drago* é uma tela pintada em 1927 pelo artista argentino Oscar Agustín Alejandro Shulz Solar, cujo nome artístico é Xul Solar. O quadro mostra um dragão estilizado em cujo corpo estão fixadas bandeiras de diversos países latino-americanos, como Argentina, Chile, Uruguai, Brasil e Bolívia. Este número da Realis pretende aprofundar o debate em torno do pós-colonial, e a maioria dos artigos refletem ou partem de uma realidade latino-americana que serpenteia através de construções identitárias

híbridas. A nacionalidade dos autores são múltiplas: brasileiros, mexicanos, um porto-riquenho, um colombiano, um costa-riquenho, uma espanhola e um argentino. A multiplicidade dos pontos de partida para escrita dos textos nos oferecem um quadro tão colorido e instigante quanto a pintura de Xul Solar.

O debate inicia com o texto de **Gabriel Restrepo** que traz uma importante contribuição epistemológica, através de sua teoria dramática do social, para repensar as consequências do pensamento ocidental utilitarista. Consiste num esforço analítico que opera mediante a *arqueo-ilogia* e a *genea-ilogia*, desvelando os componentes irracionais na presunção de racionalidade do pensamento colonial, para privilegiar a *ek legein*, a interpretação desde fora e a *ex-centricidade* do mundo. Contrapondo as figuras de Midas e Pigmaleão, Restrepo aponta para a superação das aporias do horizonte hegemônico utilitarista, acentuando as possibilidades encarnadas na figura deste último: as energias humanas transformadas em sabedoria ecumênica, o pensamento transformado em húmus da solidariedade.

Ramón Grosfoguel, indubitavelmente um dos principais pensadores atuais da pós-colonialidade, nos brinda com um texto inédito em português. O texto prima por discutir criticamente, e de maneira original, os nexos existentes entre teoria dependentista, desenvolvimentismo e a modernidade colonial. O cerne do argumento radica na constatação de que, para além dos avanços contidos na teoria dependentista, esta continuou presa das premissas desenvolvimentistas, isto é, da concepção temporal da não contemporaneidade, consubstanciado num "atraso" da América Latina em relação ao "Ocidente", a ser expurgado mediante a mimesis do colonizador; assim como colaborou para o ocultamento das hierarquias raciais e étnicas, cuja origem assenta na colonialidade do poder.

O texto de **Adelia Migliovich-Ribeiro**, dialoga com o de Ramón Grosfoguel, na medida em que reflete sobre a problemática do desenvolvimento. No entanto se centra em revisitar o conceito de América Latina no sentido de fortalecer o potencial epistemológico contra-hegemônico da ideia. Para isso, a autora remete a questões discutidas por Manuel Bomfim e principalmente por Darcy Ribeiro, as quais possuem eco na *atual* perspectiva descolonial. Segundo a autora, as teorias formuladas até os anos 1970 pelos intelectuais latino-americanos e a crítica pós-colonial ora em voga ressaltam a impossibilidade de qualquer intenção homogeneizadora ao se falar da realidade latino-americana. A consciência da complexidade e a necessidade de pensar a partir da América Latina e das experiências

subalternas é o que permite descentrar práticas teóricas e fazer uma crítica fundamentada à razão ocidental.

Júlia Figueredo Benzaquen, argumenta no seu artigo que só é possível o questionamento da ordem a partir do reconhecimento da geopolítica do saber. Da mesma forma que Miglievich-Ribeiro, Benzaquen recorre aos teóricos descoloniais como Mignolo, Dussel, Quijano, Castro-Gomez, Grosfoguel, entre outros, para afirmar que foi o poder investido no saber ocidental que permitiu a sua universalização indiscriminada, a qual periferizou diversos outros saberes. Nesse sentido, a autora defende que o engajamento intelectual só é possível a partir da consciência de que o conhecimento é produzido a partir de um tempo-espaço específico. Dessa forma, a crítica à *colonialidade do saber* visa tornar evidente que todo saber é construído a partir de um *corpo-político do conhecimento*.

Para **Willy Soto Acosta** o lugar de produção de saber é glocal (global e local), ou seja, não corresponde a uma nação específica. No artigo, o autor pretende passar de uma visão nacional para uma cosmopolita. Ele afirma que as fronteiras territoriais são cada vez mais permeáveis, pois os fenômenos são cada vez mais transnacionais, no entanto a categoria Estado-nação delimitou fronteiras cognitivas que permanecem. Nesse sentido, o texto complexifica o debate a respeito do lugar de enunciação do saber ao questionar a ideia de região e ao propor um fazer das ciências sociais transnacional.

O texto de **Josias de Paula Jr.** tem conexões não só com o de Soto Acosta, à medida que põe na ciência (conhecimento cosmopolita por definição) um papel central na superação da crise ambiental atual, assim como com o de Ramón Grosfoguel, posto que também ofereça uma crítica ao conceito de desenvolvimentismo e os pressupostos sobre os quais se apoia. O autor pugna por chamar a atenção para a necessidade de uma reorientação do imaginário ocidental, cujo eixo fundamental é o abandono do padrão antropocêntrico de pensamento, em favor de uma matriz cognitivo-representacional que assinale o não distanciamento entre humanos e não-humanos, consignado por exemplo na noção de uma nova era geofísica: o Antropoceno.

A partir de autores como Agamben e Zizeck, **Francisco Sá Barreto** afirma que o pertencimento nacional está intimamente ligado a atualizações do discurso colonial. O artigo descreve como a ferramenta da brasilidade, ou a experiência da nação, é um complexo empreendimento de produção do típico como base das relações desiguais transformadas em

dispositivo de igualdade. Para tanto as instituições fomentam o que se conhece por patrimônio cultural, que podem ser os mais variados tipos de objetos que se constituem como elementos intocáveis da grandeza do povo. Dessa forma, o autor traz elementos para pensar a experiência museal através de uma nova cognição, a qual se proponha a superar a lógica colonial, e isso será possível a partir de traduções da intersubjetividade.

A reflexão pós-colonial sobre o papel do museu é aprofundada no artigo de **Alexandro Silva de Jesus**. Com argumentos afiados, o autor sustenta que a ideia de *museu inclusivo* e a de *museu tradicional* não são antagônicas, mas sim complementares, na medida em que a diferença entre os dois tipos de museus são mesmo necessárias, pois, em certo nível, permitem efetuar momentos distintos de um mesmo processo. Para o autor, o mais importante é considerar o compromisso secular do Museu com a *violência* (de Estado), e dessa forma mesmo o *museu inclusivo* também é *polícia*, pela sua pertença a procedimentos redutores de potencia. Assim a defesa não é pela supressão do museu tradicional ou museu inclusivo, mas a transformação do museu em dispositivo *a serviço do social*. O artigo discute ainda o “desejo de ser ciência” da Museologia e a vocação política da Museologia.

O texto de Claudia Magallanes Blanco *et al.* também reflete a respeito de processos de apropriação e de resignificação da memória. O texto faz uma etnografia do Espaço de Comunicação do Istmo (ECI) em Oaxaca – México, que através da rádio se apropria de ferramentas de comunicação e informação como instrumento para a construção de um imaginário indígena que sirva como mecanismos de resistência frente ao projeto energético eólico neoliberal imposto na região. Desafiando o discurso de uma história oficial única, os indígenas, empenhados nessa experiência, estão exercendo um papel ativo, renovador e redefinidor do que são, foram e querem ser, fomentando novos projetos civilizatórios que são negados pela civilização eurocêntrica e moderna.

O texto de **Esther Fernández Moya** também se debruça sobre a realidade mexicana. Depois de um breve relato que fala da discriminação racial do México colonial e que indica a permanência desta *colonialidade*, a autora se dedica a analisar duas obras literárias ligadas a movimentos sociais contemporâneos, respectivamente: o movimento chicano da década de 60 e o movimento zapatista. A autora escolhe obras autobiográficas de autoria de Glória Anzaldúa e do Subcomandante Marcos por se apresentarem com um posicionamento fronteiriço ante as diferentes culturas em que estão imersas e por usar um híbrido de estilos literários, assim como de línguas. A reflexão feita no artigo chega à conclusão que a escrita

pode ser uma ferramenta de reivindicação e de luta em relação ao silenciamento da dominação colonial. A escrita pode criar um novo *locus* de enunciação onde se pode questionar identidades herméticas que não levam em conta a hierarquização racializada iniciada com a colonização.

É pensando sobre o caráter da mestiçagem brasileira que **Bruno Amaral Andrade** reflete no seu texto se a capoeira pode se configurar como arte de resistência. A problemática surge quando a capoeira é associada no discurso nacional a uma espécie de manifestação esportiva emblemática da convivialidade “inter-racial” brasileira. Apesar desse uso instrumental da capoeira, ao resgatar a história da capoeira, o autor nos leva a concluir que a experiência da tradição presente na capoeira tem um forte potencial emancipatório. Como se demonstra através de cantos da capoeira, da vivência do autor enquanto capoeira e dos depoimentos de um mestre de capoeira; a capoeira possibilita a consciência da opressão historicamente consolidada para com os escravizados africanos e seus descendentes, o que causa naqueles identificados com a propagação da manifestação a motivação e compromisso em superar a colonialidade geradora da subordinação.

Encerrando a sessão de artigos, o texto de **Vinícius Limaverde Forte** explora as articulações e reciprocidades entre os conceitos de capitalismo e colonialismo, como ideia constitutivas da própria modernidade, nas obras de Caio Prado Júnior e Pablo González Casanova. Os dois autores contribuem para um movimento duplo de “provincialização” da Europa e “desprovincialização” da teoria social do Sul. Enquanto a noção de sentido da colonização de Prado Júnior propicia apreender a persistência ao longo dos séculos no Brasil (e na América Latina) da dinâmica colonial estruturada em função das demandas dos interesses econômicos externos, Casanova indica a permanência da estrutura colonial mesmo após a independência, configurando-se em um colonialismo interno que se articula com o colonialismo em escala internacional e transnacional.

Devido ao vigor da teoria de Pablo Gonzáles Casanova, este número da Realis dedicou um dossiê para a obra do autor: **DOSSIÊ Pablo Gonzáles Casanova – El don, las inversiones extranjeras y la teoria social**. Convidamos três renomados cientistas sociais para comentar este texto de Casanova que foi escrito em 1957 e que aqui publicamos na íntegra, por possuir uma profunda lucidez e atualidade. Paulo Henrique Martins afirma que Casanova faz uma crítica epistemológica importante das teorias simplificadoras da realidade social. Na esteira de Mauss, Casanova entende ser importante aprofundar a comparação entre o dom primitivo e o

dom de capitais ou de investimentos estrangeiros na atualidade. Para Casanova, a ideia do fenômeno integral é importante para se guardar a integridade da ciência, em particular das ciências sociais. O argentino Adrián Scribano apresenta o seu comentário ao texto de Casanova dizendo que é um elogio e uma celebração de um escrito que pode ser considerado fundacional para a Teoria Social Latino-americana. Scribano aposta que este texto sirva para aperfeiçoar nossas possibilidade de elaborar Teorias Sociais do Sul. Já o colombiano Gabriel Restrepo, autor do primeiro artigo deste número da Realis, afirma que a análise de Casanova é fruto de um pensamento sistemático, holístico e complexo que desmonta a simplicidade ideológica das explicações economicistas dos investimentos estrangeiros.

Esperamos que tenham uma boa leitura!

Recife, março de 2014

Josias de Paula Jr.

Júlia Figueredo Benzaquen